

NOTA SOBRE A “NOVA CARREIRA” DO MAGISTÉRIO

Reunidas em 6 de janeiro de 2022, as entidades signatárias deste documento vêm a público para se pronunciar sobre a proposta de “nova carreira” do magistério, anunciada em 14 de dezembro de 2021 pelo Governador e pelo Secretário Estadual da Educação.

Ainda não temos conhecimento do texto do projeto de lei que será enviado no mês de fevereiro à Assembleia Legislativa, porém, desde já, nos pronunciamos sobre alguns aspectos inaceitáveis envolvidos nesta questão.

Em primeiro lugar, é inadmissível que um governo em fim de mandato pretenda fazer mudanças na nossa carreira, ainda mais sem estabelecer nenhum debate, nenhum diálogo com as entidades representativas de professores, diretores, supervisores de ensino.

Qualquer modificação na nossa carreira, realizada sem ouvir os profissionais nela envolvidos, sobretudo quando elimina direitos e realiza alterações estruturais tão amplas como as que foram anunciadas, inevitavelmente terá impacto na qualidade do ensino. Estamos falando, portanto, de um tema que extrapola o âmbito meramente funcional e que tem importantes reflexos sociais.

Aliás, na coletiva na qual anunciaram a proposta, o secretário da Educação citou pesquisa da APEOESP para tentar justificar modificações na carreira. O que não disse é que na citada pesquisa, sobre qualidade da educação, os professores responderam justamente que a existência de carreira justa é condição fundamental para a qualidade da educação.

Lamentavelmente, não podemos confiar no atual governador, João Doria. Eleito com base num discurso de modernização do Estado e de fortalecimento e eficácia dos serviços públicos, sua ação tem sido diametralmente oposta. O que estamos assistindo desde 2019 – num processo de violento aprofundamento de políticas que já vinham sendo implementadas por governos anteriores – é o sucateamento dos serviços públicos, a privatização de setores estratégicos do Estado, o abandono das áreas sociais, como saúde, educação, habitação, transportes públicos, serviços de planejamento e outras.

Chega-se ao limite de interromper ou encerrar serviços hospitalares em plena pandemia ou de reduzir investimentos na infraestrutura das escolas públicas justamente quando elas mais necessitaram, face à gravidade da pandemia, enquanto o mesmo governo de tudo fez para antecipar a volta às aulas presenciais, desconsiderando os riscos envolvidos e levando à ocorrência de pelo menos 3 mil contágios nas escolas estaduais e cerca de 110 óbitos por Covid 19 em razão do trabalho presencial.

Por isso, não é possível que este governo, enclausurado em seus gabinetes, determine o que

deve ser a carreira do magistério. Nossa carreira deve ser debatida e aperfeiçoada de forma coletiva, democrática, participativa, pois essa é a própria natureza do processo educativo.

Baseados apenas no que foi até aqui apresentado pelo Governo do Estado, devemos destacar alguns pontos com os quais não podemos concordar, entre eles:

- substituição dos salários por subsídios, que por norma constitucional só podem ser pagos a detentores de cargos eletivos, ministros e secretários de governos e municípios.

- ao substituir salários por subsídios, os servidores deixam de fazer jus a quinquênios, sexta-parte e outros adicionais.

- elimina o tempo de serviço (e, portanto, a experiência profissional) como fator de evolução na carreira.

- evolução funcional – nas 15 referências que comporão a nova carreira – a partir de avaliações de desempenho (como, por exemplo, provas), cujos critérios não estão claros e que, pela sua subjetividade, podem ser ajustados para facilitar ou dificultar essa evolução, por conveniência da Administração.

- excessiva lentidão para a evolução na carreira. De acordo com estudos da APEOESP, o(a) professor(a), cumprindo todos os requisitos a cada etapa, demoraria 28 anos para atingir a 11ª referência da carreira, de um total de 15 referências.

Manteremos novas reuniões para detalhar nossas propostas para interferir no processo de tramitação desse projeto de lei, quando for formalizado junto à ALESP. Trabalharemos de forma conjunta e incansável junto aos profissionais da educação, à comunidade escolar, à sociedade e aos deputados e deputadas estaduais para que este projeto não seja aprovado na forma como será enviado pelo Governo, sem que haja um amplo e qualificado processo de debates, que contemple nossas reivindicações.

Realizaremos seminários, encontros, audiências públicas e mobilizações para que este debate chegue a todas as escolas estaduais paulistas, às redes sociais, aos meios de comunicação. Não aceitaremos retirada de direitos. Nossa atual carreira precisa ser melhorada e aperfeiçoada, não destruída.


Queremos carreira, salários justos, condições de trabalho, respeito, direitos e educação pública de qualidade.



Maria Izabel Azevedo Noronha
Presidenta da APEOESP



Loretana Paolieri Pancera
Primeira Vice-Presidenta do CPP



Rosaura Aparecida de Almeida
Presidenta da APASE



Francisco Antônio Poli
Presidente da UDEMO